

Atuação e preparo do Profissional de Apoio na Educação Básica no Brasil

Performance and preparation of Support Professionals in Basic Education in Brazil

Desempeño y preparación de Profesionales de Apoyo en la Educación Básica en Brasil

Recebido: 24/11/2022 | Revisado: 07/12/2022 | Aceitado: 08/12/2022 | Publicado: 16/12/2022

Nara Rúbia Marques Metzka

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4925-6088>

Universidade de Gurupi, Brasil

E-mail: nararmetzka@unirg.edu.br

Rhubia Rodrigues de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4450-4414>

Universidade de Gurupi, Brasil

E-mail: rhubiaroliveira@unirg.edu.br

Ellen Fernanda Klinger

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6202-7618>

Universidade de Gurupi, Brasil

E-mail: ellenklinger@unirg.edu.br

Resumo

A legislação e literatura assinalam que a inclusão escolar deve ocorrer através da implantação das políticas públicas direcionadas a inserção das pessoas com deficiência nas salas de aulas comum. Assim, nos últimos anos vem crescendo de forma significativa o número de pessoas com deficiência inseridas nesse novo desenho educacional, em que a atuação do Profissional de Apoio Pedagógico faz-se cada vez mais necessária nos espaços escolares, tendo em vista que, seu trabalho é descrito como fundamental para a inclusão de alunos com deficiência. Diante disso, este estudo teve o objetivo abordar a inserção do PA na educação inclusiva e, se existe uma formação e preparo voltado para a atuação desse profissional no Brasil. Na metodologia, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, cujo material de apoio resultou na busca em banco de dados digitais da SCIELO, CAPES e Google Acadêmico. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, restaram 20 trabalhos abordados neste artigo. Nos resultados ficou evidenciada a importância do Profissional de Apoio Pedagógico no trabalho de inclusão escolar, no entanto, apesar do reconhecimento do seu papel relevante para a educação inclusiva, percebeu-se poucos estudos que discorressem sobre a temática proposta, o que se sugere tanto a atuação do profissional de apoio ainda ser relativamente nova e pouco difundida na educação como a necessidade de pesquisas a longo prazo sobre os resultados do seu trabalho.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Profissional de apoio pedagógico; Pessoa com deficiência.

Abstract

Legislation and literature point out that school inclusion must occur through the implementation of public policies aimed at the inclusion of people with disabilities in common classrooms. Thus, in recent years, the number of people with disabilities has been growing significantly in this new educational design, in which the role of the Pedagogical Support Professional is increasingly necessary in school spaces, bearing in mind that their work is described as fundamental for the inclusion of students with disabilities. In view of this, this study aimed to address the insertion of the AP in inclusive education and, if there is training and preparation aimed at the performance of this professional in Brazil. In the methodology, a systematic review of the literature was carried out, whose support material resulted in the search in digital databases of Scielo, CAPES and Google Scholar. After applying the criteria for inclusion and exclusion of studies, there were 20 studies covered in this article. The results evidenced the importance of the Pedagogical Support Professional in the work of school inclusion, however, despite the recognition of its relevant role for inclusive education, it was noticed few studies that discussed the proposed theme, which is suggested both to role of the support professional is still relatively new and not widespread in education, as is the need for long-term research on the results of their work.

Keywords: School inclusion; Pedagogical support professional; Person with disability.

Resumen

La legislación y la literatura señalan que la inclusión escolar debe ocurrir a través de la implementación de políticas públicas dirigidas a la inclusión de personas con discapacidad en las aulas comunes. Así, en los últimos años, el número de personas con discapacidad ha ido creciendo significativamente en este nuevo diseño educativo, en el que el papel del Profesional de Apoyo Pedagógico es cada vez más necesario en los espacios escolares, teniendo en cuenta que su labor se describe como fundamental para la inclusión de los estudiantes con discapacidad. Frente a eso, este estudio tuvo como objetivo abordar la inserción del AP en la educación inclusiva y, si existe formación y preparación para la actuación de este profesional en Brasil. En la metodología se realizó una revisión sistemática de la literatura, cuyo

material de apoio resultó en la búsqueda en bases de datos digitales de SCIELO, CAPES y Google Scholar. Después de aplicar los criterios de inclusión y exclusión de estudios, hubo 20 estudios cubiertos en este artículo. Los resultados evidenciaron la importancia del Profesional de Apoyo Pedagógico en el trabajo de inclusión escolar, sin embargo, a pesar del reconocimiento de su papel relevante para la educación inclusiva, se notaron pocos estudios que discutieran el tema propuesto, que se sugiere tanto para el papel del apoyo profesional es todavía relativamente nuevo y poco difundido en la educación, como lo es la necesidad de una investigación a largo plazo sobre los resultados de su trabajo. **Palabras clave:** Inclusión escolar; Profesional de apoyo pedagógico; Persona con discapacidad.

1. Introdução

A inclusão escolar, através da implantação das políticas públicas direcionadas as pessoas com deficiência nas salas de aulas comum, é uma realidade no ensino nacional e que vem crescendo de forma significativa quanto ao número de Pessoas com Deficiência – PcD - inseridas nesse novo desenho educacional, e definidas como Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Preconiza-se nas políticas públicas que os alunos com deficiência deverão ter suas atividades educacionais curriculares nas escolas comuns, o que é um importante passo na participação social e oportunidades. Contudo, a inclusão é também um grande desafio aos atores e autores educacionais a construir saberes capazes de responder às demandas do cotidiano escolar que atendam a realidade que está voltada à convivência e a aprendizagem na diversidade (Matos & Mendes, 2014).

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988, prevê o princípio da igualdade, que assim prescreve que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”. Tal princípio enfatiza a promoção do tratamento igualitário entre os indivíduos e a busca por amenizar ou eliminar qualquer tratamento desigual ou ao ato discriminatório, o qual pode ocorrer com as PcD quando por motivos da deficiência são excluídas e discriminadas, impossibilitando assim que possam exercer plenamente o seu direito constitucional de igualdade (Farias; et al., 2016).

Neste sentido, adota-se a compreensão de que para que a verdadeira efetivação da inclusão ocorra no meio educacional é necessário repensar as estruturas físicas e humanas vigentes no ensino hoje, principalmente, quando se trata da atuação e interação da equipe multiprofissional no processo de inclusão das PcD.

Cabe salientar que as modificações nos recursos pedagógicos e nos ambientes físicos são essenciais no processo de ensino aprendizagem das PcD, porém, para os alunos que apresentam necessidades de acompanhamento, a lei prevê os recursos humanos necessários para o atendimento desses alunos, tais como a equipe multiprofissional, que é composta pelo professor de AEE, psicólogo, professor da sala comum, assistente social e o profissional de apoio pedagógico (PAP) que acompanha PcD em sala de aula comum. São esses recursos humanos que possibilitam aos alunos com deficiência física a autonomia, a segurança e a comunicação, para que eles possam ser inseridos em turmas de ensino regular (Brasil, 2007).

Um grande avanço para a educação e o processo de inclusão das PcD foi o advento da Lei Federal Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”. A atuação destes profissionais no sistema educacional está ainda alicerçada na Declaração Universal de Direitos humanos, Constituição Federal de 1988, dentro outros direitos. Neste contexto a Psicologia possui um papel de grande relevância ao meio educacional, através do desenvolvimento de ações que visam à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, bem como intervenções que proporcione uma educação inclusiva, de qualidade e reflexiva. Partindo dessa perspectiva, tem-se como premissa apresentar estudo teórico acerca da inserção do PA na educação inclusiva e, se existe uma formação e preparo voltado para a atuação desse profissional no Brasil.

2. Metodologia

Os Profissionais de Apoio atuam como mediadores nas questões de higiene, alimentação, locomoção e também pode ter essa atuação em atividades pedagógicas. Na sala de aula, ele precisa às vezes de uma orientação mais próxima pra ele prestar

mais atenção na atividade, ou auxiliar no uso de algum material de alguma tecnologia assistiva. Tudo isso é e pode ser o papel do profissional de apoio. O profissional de apoio ele é mais um elemento na escola pra dar suporte a esse contexto, cabe a cada estado, município, e rede de ensino normatizar quem é esse profissional.

Esta pesquisa se fundamentou em revisão sistemática, método que permite compreender determinado fenômeno por meio da sumarização de múltiplos estudos científicos, subsidiando a tomada de decisão e incorporando evidências na prática profissional. Integra informações auxiliando nas orientações de práticas futuras, permitindo uma pesquisa ampla do assunto, ressaltando a percepção de diferentes formas (Sampaio; Mancini, 2007; Silva; et al., 2020). Foram operacionalizadas cinco etapas básicas na referida revisão: estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; coleta de dados; avaliação dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; e apresentação da súmula do conhecimento.

Os critérios de inclusão utilizados neste estudo foram: estudos originais, trabalhos e livros completos (gratuitos pela internet), resumos para pré-seleção, publicados em português por autores brasileiros; estudos publicados a partir do ano de 2010 até o ano de 2022 na base de dados eletrônica SciELO (Scientific Electronic Library Online), Literatura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico. Os estudos deveriam abordar a temática proposta. Já os critérios de exclusão foram: estar repetido nas bases de dados, cartas ao editor, editoriais. A coleta de dados foi realizada no período compreendido entre os meses de agosto e setembro de 2022 e os descritores utilizados foram: Profissional de Apoio Educacional; Pessoa com Deficiência; Auxiliar Pedagógico Especializado; e Educação Inclusiva.

3. Resultados

O estudo inicial com os descritores resultou em 35 publicações na SciELO, 25 na CAPES e 48 no Google Acadêmico, totalizando 108 artigos. Após leitura, foram excluídas 88 publicações que não contemplaram a temática proposta, estavam repetidas em mais de uma base e artigos pagos. Assim, 20 estudos fazem parte da amostra (Quadro 1).

Tabela 1 - Distribuição das publicações selecionadas, localizadas e excluídas nas bases de dados eletrônicas – Brasil (2010 a 2022).

Bases	Localizados	Excluídos	Selecionados
Google Acadêmico	48	37	11
SciELO	35	32	03
CAPES	25	19	06
Total	108	88	20

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

A análise e síntese dos dados obtidos ocorreram após a leitura dos estudos, seguido da elaboração do Quadro 1 contendo informações sobre o tema proposto.

Quadro 1 - O trabalho desenvolvido pelos profissionais de apoio pedagógico no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência no Brasil.

Título	Autor (ano)	Tipo de publicação	Objetivo
1. Atuação do Professor de Apoio à Inclusão e os Indicadores de Ensino Colaborativo em Goiás.	Freitas, Adriana de Oliveira. (2013)	Dissertação	Analisar os dizeres dos professores de apoio à inclusão sobre as suas práticas educativas e indicadores que as mesmas apresentam de ensino colaborativo.
2. O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial.	Martins, Silvia Maria. (2014)	Estudo de Caso	Investigar o trabalho do profissional de apoio em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.
3. A gestão da inclusão educacional de alunos com transtorno do espectro autista: o lugar do profissional de apoio.	Bertazzo, Joíse de Brum. (2014)	Revisão Sistemática da Literatura	Identificar a apresentação do acompanhante escolar que atua em prol da inclusão de alunos com TEA na legislação brasileira e os estudos que o contemplam.
4. A importância do profissional de apoio na sala de ensino regular: reflexões acerca da inclusão escolar de pessoas com deficiência.	Silva, Risonete Rodrigues da. Bazante, Tânia Maria Goretti Donato. (2017)	Estudo de Caso	Proporcionar uma reflexão acerca da importância e do papel desempenhado pelos profissionais de apoio, com as pessoas com deficiência.
5. As (RE) ações dos professores regentes e o auxiliar Pedagógico especializado (APE) na escolarização do Estudante com deficiência	Franco, Lucimar de Lima. Neres, Celi Corrêa. (2017)	Estudo de Caso	Refletir a atuação de professores regentes e do professor especializado na escolarização de um estudante com deficiência.
6. Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar.	Portalette, Vania Fernanda Gulart. (2017)	Dissertação	Compreender a presença e as especificidades do profissional de apoio para a inclusão escolar dos alunos com deficiência.
7. O profissional de apoio e a sua importância na zona de desenvolvimento proximal do aluno com necessidades educacionais especiais.	Rangel, Michelle Rocha. (2017)	Estudo de Caso	Mostrar a importância da atuação dos PAP na Zona de Desenvolvimento Proximal dos alunos com NEE.
8. O papel do apoio educacional frente aos desafios da inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual.	Silva, Maiara Efigênio da. Silva, Aline Maira da Venâncio, Letícia Maria Capelari Tobias. (2017)	Estudo de Caso	Analisar a atuação do apoio educacional frente à inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual.
9. Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão Escolar.	Lopes, Mariana Moraes. (2018)	Dissertação	Descrever e analisar o perfil e a atuação dos Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) em diferentes contextos municipais.
10. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação.	Barbosa, Marily Oliveira. (2018)	Pesquisa ação e estudo de caso.	Analisar o ponto de vista dos profissionais de educação que atuam com o estudante com Transtorno do Espectro Autista.
11. Funções exercidas aos profissionais de apoio à inclusão escolar em um contexto municipal.	Lopes, Mariana Moraes. Mendes, Eniceia Gonçalves. (2018)	Dissertação	Analisar as funções exercidas pelos Profissional de Apoio à Inclusão Escolar.
12. Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife.	Xavier, Sheyla Alves. (2019)	Dissertação	Caracterizar a prática de PAP à alunos com deficiência matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife.
13. Educação inclusiva: a atuação do professor de apoio.	Mendonça, Ana Abadia dos Santos. Neto, Wenceslau Gonçalves. (2019)	Estudo de Caso	Realizar análise e reflexão a respeito do professor de apoio como coparticipante no processo de escolarização de crianças com deficiências.
14. O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física.	Tenório, Luma Loreta Alves; Santos, Edivânia Ferreira; Brito, Ada Mônica Santos; Souza, José Clécio Silva. (2019)	Revisão Sistemática da Literatura	Analisar o papel do PAP no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física.
15. O auxiliar de apoio ao educando na inclusão da criança com deficiência.	Santos, Elizabeth Junqueira. (2019)	Estudo de Caso	Propor reflexões sobre a prática dos Auxiliares de Apoio ao Educando e contribuir para que eles, juntamente com os professores se sintam como agentes mediadores nos processos de aprendizagem da criança com deficiência.
16. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: A problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos.	Bezerra, Giovani Ferreira. (2020)	Revisão Sistemática da Literatura	Retomar e analisar a caracterização do PAP à inclusão escolar com base nas orientações governamentais e nos documentos legais.
17. O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas	Bassi, Tânia Mara dos Santos. Brito, Vilma Miranda de. Neres, Celi Corrêa. (2020)	Estudo de Caso	Apresentar e discutir a execução do Plano Educacional Individualizado (PEI), como instrumento no processo de escolarização de alunos deficientes.
18. Inclusão educacional e social: crianças com necessidades específicas e relação com profissionais de apoio.	Brandão, Viviane Bernadeth Gandra. Ribeiro, Ingrid Thayná Santos. Ruas, Karinne Nogueira. (2021)	Estudo de Caso	Analisar a inclusão educacional e social, a partir de um estudo sobre a relação do atendimento educacional especializado e crianças com necessidades específicas em escolas regulares.

19. Profissionais de apoio à inclusão escolar: motivos para demandas e atribuições.	Lopes, Mariana Moraes. (2021)	Multicasos	Descrever e analisar motivos alegados nas demandas por Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) nas escolas para apoiar estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).
20. O papel do professor de apoio na escola regular.	Pereira, Talita de Castro. Freitas, Maria Cecília Martínez Amaro. (2021)	Revisão Sistemática da Literatura	Refletir a respeito do papel do professor de apoio na educação inclusiva, ressaltando algumas leis que contribuíram para garantir o direito de alunos com necessidades educacionais.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Os estudos selecionados enfatizam a importância que o PAP possui para o processo de inclusão nas escolas, com importante função de auxiliar a pessoa com deficiência no processo de inclusão, bem como de facilitar o processo ensino aprendizagem.

4. Discussão

O profissional de apoio e a sua formação

A questão da inclusão é uma problemática que há muito tempo permeia as escolas brasileiras, tendo em vista que a quantidade de alunos com necessidades especiais educacionais a cada ano vem aumentando gradativamente. Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2021, o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2021, um aumento de 26,7% em relação a 2017. Destes alunos, o maior número está no ensino fundamental, que concentra 68,7% das matrículas (Brasil INEP, 2021).

Mediante tal cenário, faz-se necessário o PAP para auxiliar no trabalho com esses alunos, tendo em vista que o professor regente devido a diversidade da demanda, emerge a necessidade de formação adequada e profissionais especializados para auxiliá-lo. Freitas (2013), baseado nos estudos de Neto (2009), explicita que o PAP deve ser habilitado ou especializado em educação especial, e que este trabalha com o aluno dentro da sala de aula de ensino regular.

A função do PAP é elencada em algumas legislações, como pode-se verificar em pesquisas, mas a legislação brasileira não define de forma clara e objetiva essa função, deixando uma lacuna, que corrobora para uma vasta definição de atribuições e funções.

A atuação deste profissional é algo bastante recente no meio educacional, por isso, é constatada uma multiplicidade de denominações para essa figura nas escolas, estando entre elas: cuidador, para profissional, mediador, monitor, estagiário, profissional de apoio, dentre outros (Almeida; et al., 2014; Adams; et al., 2020). A literatura aponta, também, perfis e funções diversas, atribuídos de acordo com o contexto no qual estão inseridos (Martins, 2011; Mendes; et al., 2014; Leal, 2015; Lopes, 2018).

Ademais, a presença do PAP no meio educacional é uma constante, mesmo sem a clareza e a objetividade expressa na legislação vigente. Este profissional vem realizando atendimentos individualizados aos alunos com deficiência, através do acompanhamento diário. Sendo que sua função varia em auxiliar na escrita, oralidade, nos cuidados pessoais, desenvolvimento das atividades diárias, suporte educacional ao professor regente e a equipe escolar.

Conforme Kauffman e Badar (2014), no decorrer do século XX e nas décadas iniciais do século XXI, tornou-se comum a ideia de um trabalho conjunto entre o professor do ensino regular e o professor da educação especial, sendo considerada essa a melhor alternativa para trabalhar as PcD. No entanto, conforme esses autores, mesmo com uma visão aparentemente favorável sobre tais práticas, os dados em pesquisas não têm evidenciado resultados consistentes ou melhores quando comparados com o ensino direto por professor capacitado.

Desse modo, é fundamental que se discuta o papel do PAP e também a respeito de sua formação. Com a velocidade em que o acesso à informação vem ocorrendo, cada vez mais as pessoas vêm exigindo o cumprimento e a efetivação de seus direitos.

No meio da inclusão não é diferente, a família e educadores hoje reivindicam seus direitos e sendo um deles que a PcD conforme sua necessidade de apoio, é disponibilizado um profissional para apoiá-lo nas atividades escolares.

Entretanto, isso não deve destituir a exigência de que o professor regente tenha habilitação para o ensino de alunos com e sem deficiência. A atuação do PAP deve ser complementar, ou seja, agregar esforços no ensino regular voltado à inclusão, devendo a educação inclusiva ser trabalhada em parceria entre o professor de ensino comum e o professor de educação especial, dividindo a responsabilidade (Capellini & Zerbato, 2019).

Portanto, é essencial a cooperação entre o PAP, a escola e o professor regente, tendo cada um as suas funções bem delimitadas. Tal parceria tem vistas a favorecer o estabelecimento de metas realistas quanto ao desenvolvimento, como também possibilitar a avaliação da criança de acordo com suas próprias conquistas. Assim, fica evidente que o PAP tem como papel auxiliar, de mediação na inclusão do aluno com deficiência e que jamais deverá assumir o papel de professor principal da criança (Sobrinho et al., 2021). Como mediador, favorece no processo de aprendizagem a interpretação do estímulo ambiental tornando-o relevante e significativo, estimulando o desenvolvimento (Mousinho et al., 2010).

Em termos legais, no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015 (EPD, 2015) fica estabelecido que: “ Artigo 27 parágrafo único - é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (Brasil, 2015)”.

Para a efetivação de uma educação de qualidade, o referido Estatuto (EPD, 2015) propõe ainda no Art. 28, inciso XI, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras - Língua Brasileira de Sinais, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.

Diante disso, é notório afirmar que a promulgação do Estatuto foi um marco para a garantia dos direitos das PcD, sendo que até então eram marginalizados, ou seja, deixados à margem da sociedade e isso dificultava mais ainda a questão da inclusão dos alunos com necessidades especiais educacionais. Com a lei, um profissional formado adequadamente e qualificado para acompanhar esse educando pedagogicamente faz-se obrigatório o seu cumprimento dentro das unidades escolares.

Segundo a Nota Técnica a SEESP/GAB nº 19 de 2010, que versa sobre o PAP para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino, o PAP é o profissional que promove o atendimento às necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção.

Conforme a Nota Técnica, são excluídas das atribuições do PAP as atividades educacionais e a responsabilidade pelo ensino dos alunos com deficiência. Porém, torna-se contraditória tendo em vista que em mesma Nota prescreve que sua atuação deve estar em consonância com o professor da Educação Especial e da sala regular. Entende-se que tal documento não tem peso de lei, por esse motivo na vivência escolar são demonstradas variadas funções a esse profissional.

Parafraseando Mousinho et al. (2010), embora o PAP e o professor regente sejam dois profissionais essenciais para o processo inclusivo, de aprendizado e de desenvolvimento dos alunos, é importante ressaltar que existe diferença entre estes. O professor regente é responsável pela formação e aprendizado de toda uma turma, enquanto o PAP é um agente mediador do desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência, é um profissional que presta atendimento educacional ao aluno que necessita de auxílio e mediação em tempo integral e irá auxiliar o professor regente e a equipe técnico-pedagógica da escola no trabalho com estes alunos.

A atuação conjunta do mediador com a escola poderá auxiliar na proposta de metas condizentes com o desenvolvimento e a possibilidade de avaliar a criança de acordo com conquistas (Mousinho et al. 2010, p. 37). Desta forma, a relação entre o PAP e a escola deve ser pautada pela parceria, pois muitas vezes este profissional não tem ainda a formação adequada e isso pode se tornar uma problemática nas unidades escolares.

Diante disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) em seu documento defende que as escolas devem organizar as suas práticas de inclusão no que tange a formação do PAP:

“ [...] cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção e entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar [...] (Brasil, 2008 p.17)”.

A formação deste profissional é extremamente necessária e sua presença nas escolas é de fundamental importância para a inclusão das PcD, estando a responsabilidade pelo ensino atribuída ao professor da sala regular e ao PAP o papel de mediador, em que a parceria entre ambos possibilitará maiores chances de sucesso na aprendizagem dos alunos com necessidades especiais educacionais.

A importância do profissional de apoio

A atuação do PAP leva a reflexão sobre a sua importância nos espaços escolares, tendo em vista que, seu trabalho é fundamental para a inclusão de alunos com deficiência. Nesse sentido o apoio em sala desses profissionais está cada dia mais presente para auxiliar os alunos com necessidades especiais educacionais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC SEESP, 1998) traz a ideia de uma escola inclusiva que propõe ao ensino regular ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os educandos. Desse modo as instituições devem trazer em seu Projeto Político Pedagógico as ações que devem possibilitar o atendimento especializado para os estudantes com deficiência.

Nessa perspectiva, no inciso III do Artigo 208 da Constituição Federal de 1988 está definido como dever do Estado o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Assim o Estado deve garantir a permanência desses alunos e para isso ocorrer é preciso o PAP.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 em seus artigos 1º e 8º, prevê serviços especializados de apoio pedagógico em salas comuns e salas de recursos com atuação de professores especialistas em educação especial, professores regentes e profissionais itinerantes.

Constatou-se que os serviços especializados estão assegurados em uma lei e com base na mesma, as escolas devem prover a inclusão dos alunos mediante a presença do profissional de apoio, sendo este intérprete de libras, tradutor e outros que auxiliam na locomoção e higiene.

O professor de apoio, conforme Carvalho (2009), constitui-se em um interlocutor privilegiado do professor do ensino regular, sendo a colaboração entre os dois, fundamental para o sucesso escolar dos alunos com NEEs, ou de outros em situação de risco. (...) Um trabalho conjunto valorizará ambos, no sentido de partilha de saberes e desenvolvimento pessoal e profissional.

Sobre a importância do PAP, Pereira Neto (2009, p. 33) destaca:

“ [...] ainda estamos longe do real sentido da inclusão, seja por insuficiências de políticas públicas específicas de educação, seja por outros motivos, como pressões corporativas, falta de informação e acomodação. Provavelmente as poucas e recentes iniciativas públicas significativas tenham dado um novo fôlego às discussões acerca do processo inclusivo, remetendo-nos às práticas em sala de aula e as ações pedagógicas empreendidas nos espaços de ensino regular”.

Nesse contexto os PAP são importantes pelo fato de que favorecem a permanência dos alunos com necessidades especiais educacionais nas salas de aula regular, sendo que assim eles terão a oportunidade de aprenderem conteúdos diferentes com os demais alunos e assim notamos a grande relevância do trabalho desenvolvido por esses profissionais.

De acordo com Capellini (2007), tem possibilitado uma reflexão da prática pedagógica e ampliando as possibilidades de melhor atender alunos com deficiência na classe comum, além de possibilitar um desenvolvimento profissional centrado na própria escola. Em detrimento a isso, a interação entre o professor e o PAP é um aspecto determinante para auxiliar no processo de aprendizagem dos educandos.

Entende-se que o conhecimento é algo que não se restringe e deve ser possibilitado e compartilhado e falando especificamente da importância do PAP este em parceria com o professor faz com que o aprendizado do aluno se torne mais fácil e com rendimento, pois o que se busca exatamente é a inclusão desse aluno que por muito tempo foi deixado fora das salas de aula regular pelo preconceito e sem profissionais que os auxiliassem da maneira correta.

Considerando a importância desse profissional, às funções do PAP em relação ao professor regente abrangem a cooperar na identificação de necessidades de formação dos professores da escola; apoiar os docentes na concepção e implementação de estratégias que facilitem a gestão de grupos heterogêneos considerando também os alunos com necessidades educacionais especiais; colaborar na construção e avaliação de programas individualizados (Carvalho, 2009).

Nesse sentido o PAP desempenha importantes funções dentro da escola, sendo que a relevância do seu papel não se limita apenas às atribuições desenvolvidas, mas a parceria e apoio mútuo entre PAP, professor regente, escola com vistas ao educando (Sobrinho et al., 2021). Somente assim a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais educacionais poderá acontecer. A inclusão escolar das PcD a cada dia merece mais atenção e cuidado, principalmente pelo fato de que não foi fácil chegar ao nível em que as políticas educacionais se encontram nos dias atuais, que resguardam a garantia da presença e obrigatoriedade do PAP nas salas para ajudar os alunos com deficiência.

5. Conclusão

Conforme foi apresentado no Brasil existe uma vasta gama de leis que visam garantir os direitos de todos os cidadãos brasileiros ou não. Contudo, ainda é necessária a construção de políticas públicas que possibilitem a efetivação da verdadeira inclusão, pois esta não é apenas um processo de cumprimento legal, ela requer a desconstrução de crenças que acompanham a humanidade por longos anos, uma das principais barreiras ainda é o preconceito gerado pela falta ou escassa informação. Esta construção deverá partir da formação acadêmica desde as séries iniciais até a formação universitária, pois a escola é a mola propulsora para a implantação de princípios básicos almejados pela humanidade, tais como a equidade e o respeito à diversidade.

Pode-se verificar através dos estudos a existência de diversos conflitos e equívocos decorrentes dessa função no âmbito escolar, bem como a falta de pesquisas sobre o tema. A ausência de normativas para definir as atribuições dos PAP, vem dificultando o processo de inserção das pessoas com deficiência ao ensino regular, uma vez que a ausência da identidade desse profissional, e a sua inserção que vem acontecendo de maneira aleatória e sem critérios científicos e técnicos.

Sabe-se que muito se tem avançado no processo de inclusão, principalmente no que se referem à legislação, esses avanços só foram possíveis através da fomentação de discussões sobre o tema, porém ainda se percebe a necessidade de estudos que venham contribuir para o entendimento sobre o tema e suas percepções. Os parâmetros legais por mais importante que sejam para a conquista de uma sociedade inclusiva, deve-se compreender que por si só estes não são suficientes para a concretização do processo de inclusão. Sendo que os argumentos teóricos junto com os aspectos legais vêm provar que inclusão não se resume apenas no preceito constitucional que diz “educação é direito de todos”.

Espera-se que este estudo desperte o interesse acadêmico e profissional dos envolvidos no processo de inclusão, que através da leitura deste material identifiquem os prejuízos, conflitos e equívocos, que ocorrem devido à ausência e a falta da identidade do Profissional de Apoio Escolar no processo de inclusão. Ainda, espera-se que esse trabalho se repercuta em todas as esferas sociais e principalmente nas legais, para que políticas públicas sejam elaboradas, e se tornem realmente eficazes a inclusão das pessoas com deficiência.

Referências

- Adams, F. W., Faria, D. M., & Rodrigues, R. P. (2020). A relevância da formação continuada na perspectiva da educação especial para professores de Ciências. *Research, Society and Development*. 9(8). <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5430>
- Barbosa, M. O. (2018). O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. *Revista Educação Especial*, 31(61), 299–310. <https://doi.org/10.5902/1984686X24248>
- Bassi, T. M. S., Brito, V. M., & Neres, C. C. (2020). O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. *Revista on Line De Política E Gestão Educacional*, 24(esp2), 1015–1034. <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14329>
- Bertazzo, J. de B. (2014). *A gestão da inclusão educacional de alunos com transtorno do espectro autista: o lugar do profissional de apoio*. [Monografia A gestão da inclusão educacional de alunos com transtorno do espectro autista: o lugar do profissional de apoio.]. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/15300>
- Bezerra, G. F. (2021). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva. *Roteiro*, 46, e24342. <https://doi.org/10.18593/r.v46i.24342>
- Brasil, *Constituição Brasileira de 1988*. Brasília, 1988.
- Brasil. *Declaração de Salamanca sobre princípio, política e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.
- Brasil. Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020. *Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021*. Brasília, DF: Inep, 2021.
- Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.
- Brasil. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Resolução nº2/2001. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.
- Brasil. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.
- Brasil. SEESP/ GAB. Nota Técnica nº 19, de 08 de setembro de 2010, *destinado aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino*. <http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/educacao/especial>.
- Capellini, V. L. M. F., & Rodrigues, O. M. P. R. (2009). Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. *Educação*, Porto Alegre. 32(3), 355-364.
- Capellini, V. L. M. F. (2003). *Informação e sensibilização: primeiros passos para a inclusão*. Texto Produzido para o curso da Teia do Saber: Curso inicial. 1(1), 1-15.
- Carvalho, M. C. N. (2009). *Professores de apoio Educativo: Mediadores? Como? Quando?* Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Conselho Federal de Psicologia. *Educação inclusiva: experiências profissionais*. (2009). http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/12/livro_educacaoinclusiva.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. *Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia*/ Conselho Federal de Psicologia. (2009). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Mendes, E. G., Vilaronga, A. P., & Zerbato, A. P. E. (2014). *Ensino Colaborativo como apoio a inclusão*. 1(1), 1-10.
- Estatuto da pessoa com deficiência. (2015). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.
- Franco, L. D. L., & Neres, C. C. (2017). Ações dos professores regentes e o auxiliar pedagógico especializado (APE) na escolarização do estudante com deficiência. *Periferia*, 9(1), 58-62.
- Freitas, A. de O., et al. (2013). *Atuação do professor de apoio à inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás*. 1(1), 1-15.
- Gandra Brandão, V. B., Santos Ribeiro, I. T., & Nogueira Ruas, K. (2021). Inclusão educacional e social: crianças com necessidades específicas e relação com profissionais de apoio. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED*, [S. l.], 2(6), 1-15.
- Kauffman, J. M., & Badar, J. (2014). Instruction, not inclusion, should be the central issue in special education: an alternative view from the USA. *Journal of International Special Needs Education*, 17 (1), 13–2.
- Lopes, M. M. (2018). *Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar*. Dissertação de Mestrado, UFSCar.
- Lopes, M., & Mendes, E. G. (2018). *Funções exercidas pelos profissionais de apoio à inclusão escolar em um contexto municipal*. In: ANAIS DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá.
- Lopes, M. M. (2018). *Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar*. 1(1), 1-10.

- Leal, M. V. S. (2015). *Concepções do Acompanhante Terapêutico acerca da sua atuação na Rede pública municipal de ensino de Teresina*. Dissertação (mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- Mendonça, A., & Neto, W. (2019). Educação inclusiva: a atuação do professor de apoio. *Poësis Pedagógica*, 17(1), 111-125.
- Mousinho, R. (2010). Mediação escolar e inclusão - revisão, dicas e reflexões. *Revista de Psicopedagogia*.
- Neres, C. C., & Franco, L. L. (2016). O Professor Regente e o Auxiliar Pedagógico Especializado: Suas (re)ações Diante do Estudante com Deficiência. *Revista Educação e Políticas em Debate* 5(6), 225-40.
- Organização Das Nações Unidas (ONU). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf.br.
- Pereira Neto, E. A. (2009). *A Ambivalência do Papel do Professor de Apoio Permanente em Salas Regulares do Ensino Fundamental*. Universidade Estadual de Londrina, Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, Londrina.
- Pereira, T. de C. (2020). *O papel do professor de apoio na escola regular*. 1(12), 12-22.
- Portalette, V. F. G., et al. (2017). *Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar*. 1(1), 1-12.
- Rangel, M. R. (2017). *O profissional de apoio e a sua importância na zona de desenvolvimento proximal do aluno com necessidades educacionais especiais*. 1(12), 20-35.
- Rodrigues, Q. S. B., et al. (2012). Profissional de apoio escolar e sua atuação no ensino médio do colégio Pedro II–Campus Duque de Caxias. 20(1), 12-28.
- Martins, S. M. (2011). *O profissional de apoio na rede regular de ensino*. 1(3), 30-40.
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*. 11(1), 83-89.
- Santos, E. J., et al. (2019). *O auxiliar de apoio ao educando na inclusão da criança com deficiência*. 1(3), 30-44.
- Santos, J. O. L., et al. (2021). O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 102(260), 99-119.
- Santos, V., & Elias, N. C. (2018). Caracterização das Matrículas dos Alunos com Transtorno do Espectro do Autismo por Regiões Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 24(4), 465-482.
- Silva, M. E., Silva, A. M., & Venâncio, L. M. C. T. (2017). O papel do apoio educacional frente aos desafios da inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual. *Horizontes - Revista de Educação*, [S. l.], 5(10), 36–52. 10.30612/hre.v5i10.8151.
- Sobrinho, E. de F., et al. (2021). Processo de Inclusão em uma Escola de Ensino Regular do Município de Nova Olinda-Ceará. *Research, Society and Development*. 10(12).
- Tenório, L. L. A., Santos, E. F., Brito, A. M. S., & Souza, J. C. S. de. (2019). O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física. *Revista Educação Pública*, 19(20), 12-21.
- Capellini, V. L. M. F., & Zerbato, A. P. (2019). *O que é o ensino Colaborativo?* Edicon.
- Xavier, S. A. (2019). *Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- Zerbato, A. P., Vilaronga, C. A. R., & Santos, J. R. (2021). Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 27(1), 1-96.